



**UnB**

Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação  
Curso de Comunicação Organizacional  
Orientadora: Profa. Dra. Elen Geraldês

**HE FOR SHE: UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA DO  
DISCURSO DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA DA ONU  
MULHER PELO ENGAJAMENTO MASCULINO NA LUTA  
PELA IGUALDADE DE GÊNERO**

Leonardo de Araújo Vieira

Brasília  
dezembro/2016

LEONARDO DE ARAÚJO VIEIRA

HE FOR SHE: UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA DO  
DISCURSO DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA DA ONU  
MULHER PELO ENGAJAMENTO MASCULINO NA LUTA  
PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Monografia apresentada ao Curso de  
Comunicação Organizacional, da  
Faculdade de Comunicação, Universidade  
de Brasília, como requisito para a obtenção  
do grau de Bacharel em Comunicação  
Social.

Brasília  
dezembro/2016



# UnB

Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação  
Curso de Comunicação Organizacional  
Orientadora: Profa. Dra. Elen Galdes

Membros da Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Elen Cristina Galdes  
Orientadora

---

Profa. Dra. Ellis Regina Araújo da Silva  
Examinadora

---

Luísa Martins Barroso Montenegro  
Examinadora

---

Natália Oliveira Teles da Silva  
Examinadora suplente

*Este trabalho é dedicado à todas as mulheres destemidas que enfrentam essa abominável realidade injusta com bravura, sagacidade e fervor. Em especial, à minha avó, minha mãe e minha irmã.*

## AGRADECIMENTO

*Agradeço, primeiramente à minha mãe e meu pai que acreditam incondicionalmente no meu potencial. E também a Michelle e Luccas, por me incentivarem quando me faltava ímpeto.*

*Agradeço imensamente à minha orientadora e professora desde o início da trajetória desta graduação, Elen, por emanar tanto conhecimento e ser uma inspiração como profissional e ser humano. Este trabalho não seria possível sem a sua colaboração.*

*Agradeço à professora Ellis Regina, por ter aceitado me orientar e ter compreendido as minhas incapacidades à época. É uma honra convidá-la a compor esta banca, juntamente de minhas ilustres colegas de turma e notáveis mestrandas da Faculdade de Comunicação, Luísa e Natália. À vocês todo o meu respeito e admiração.*

*Agradeço ainda à Rosa Helena, por acompanhar a meu árduo caminho de encerramento de curso com tanta benevolência e por sempre fazer o possível para desembaraçar os obstáculos burocráticos.*

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>1. A BATALHA COTIDIANA DE UMA GUERRA (AINDA) INFINDÁVEL</b> .....	<b>10</b>
1.1. A TRANSFORMAÇÃO DA CATEGORIA “MULHER” NA HISTÓRIA E NA POLÍTICA.....	10
1.2. UM BREVE RELATO HISTÓRICO DESDE A CRIAÇÃO DA ONU À ONU MULHER ...	15
<b>2. INTERNET: UM ESPAÇO DE REVOLUÇÃO?</b> .....	<b>20</b>
2.1. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO UM MEIO PARA A CIDADANIA .....	20
2.2. CYBERESPAÇO: UM LUGAR PARA AS LUTAS SOCIAIS .....	22
2.2. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS: A FORMAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE LUTA ..	24
<b>3. O MÉTODO DE ANÁLISE: A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE DE THOMPSON</b> .....	<b>30</b>
<b>4. APLICANDO A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE</b> .....	<b>34</b>
4.1. A INTERPRETAÇÃO DA DOXA .....	34
4.2. O PRISMA SÓCIO-HISTÓRICO .....	36
4.3. ANÁLISE DE DISCURSO: O DISCURSO DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA HE FOR SHE .....	38
4.4. A REINTERPRETAÇÃO DO DISCURSO.....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>46</b>
<b>ANEXO A</b> .....	<b>48</b>

## RESUMO

Este trabalho objetiva realizar uma análise do discurso de lançamento do programa da ONU Mulher *He for She*. Para isso, aborda-se, inicialmente, a evolução da luta feminista pelo reconhecimento como categoria histórica e social, além de descrever brevemente o progresso histórico desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) até a formação da entidade da ONU Mulher. Em seguida, explora-se o advento da internet como um espaço para a comunicação pública no qual as interações em prol da revolução social tomam novos formatos. Ainda elucida-se as etapas da metodologia da Hermenêutica da Profundidade, acrescida da metodologia da análise de discurso, combinadas para oferecer uma investigação interpretativa completa do objeto. Ao fim da pesquisa, inferiu-se que o programa *He for She* apresenta uma proposta necessária e válida, mas ainda apresenta pontos problemáticos, principalmente, quanto a priorização do homem enquanto ator de mudança social na questão da igualdade de gênero em detrimento do papel da mulher.

**Palavras-chave:** Igualdade de gênero. *He for She*. Hermenêutica de Profundidade. ONU Mulher. Movimento Feminista.

### Abstract

This paper aims to analyze the launch discourse of the UN Women program, He for She. For this, it is discussed the evolution of the feminist revolution for recognition as a historical and social category, as well as briefly described the historical progress from the creation of the United Nations until the formation of the UN Women entity. Then, it is explored the advent of the internet as a space for public communication in which interactions in favor of social revolution take on new formats. It also elucidates the steps of the methodology of Depth Hermeneutics, added with the methodology of discourse analysis, combined to offer a complete interpretive investigation of the object. At the end of the research, it was inferred that the program He for She presents a necessary and valid proposal, but still presents problematic points, principally, regarding the prioritization of the man as social actor of change in the matter of the gender equality in detriment of the woman's role.

**Keywords:** Gender Equality. He for She. Depth Hermeneutics. UN Woman. Feminist Movement.

## INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por intuito observar e realizar uma análise interpretativa do discurso de lançamento do programa, desenvolvido pela ONU Mulher, *He for She*. Segundo o site institucional do *He for She*, esse movimento solidário acredita que a questão do gênero não é apenas um problema das mulheres, é um problema de todos e portanto uma questão de Direitos Humanos.

A partir disso, o programa propõe uma abordagem sistemática em uma plataforma global na qual convida o máximo de pessoas para engajarem-se contra as desigualdades de gênero. Dentre os valores estabelecidos, acredita que todas as vozes precisam ser ouvidas e que assim será criada uma resistência visível e forte pela luta de gênero. Além de dar voz a todos que buscam lutar pela igualdade de gênero, o *He for She* também pretende mobilizar pessoas que se comprometam a se tornar “defensoras” e assim passem a realizar ações imediatas em prol da igualdade de gênero.

O estudo dessa temática não é tão somente pertinente como, acreditamos, necessário. A inferiorização feminina é um fenômeno histórico de longa duração, recorrente em várias culturas, e sustentado por argumentos como fragilidade, delicadeza, sensibilidade etc. Mulheres que se recusaram a seguir o roteiro de reprodução, criação e manutenção da família e do lar e de satisfazer e obedecer as vontades dos homens eram e são submetidas, muitas vezes, à violência física e simbólica e até a morte.

Além dessas atribuições que perpetuaram séculos, outras questões circundam a mulher ainda na contemporaneidade, a objetificação, a padronização estética, a indistinta atribuição imoral por atos que homens fazem sem qualquer julgamento, a disparidade salarial, os abusos de quaisquer naturezas, entre muitas outras demandas que ainda tangem as particularidades, por exemplo, a própria inferiorização da mulher negra diante das brancas.

Ante a todas essas problemáticas que circundam a mulher em si e o feminino, o machismo gera consequências para os homens também, pois a sociedade machista se torna dicotômica, ou seja, espera-se que homens não ajam ou sejam associados a qualquer traço da esfera feminina porque, supostamente, isso os tornaria mais fracos ou menos respeitáveis. Isso suscita que os homens precisem



estar constantemente atentos aos “padrões de masculinidade” e que o menor dos deslizes será notado e apontado pelos outros.

Esse universo de dificuldades justifica que o machismo e a luta pela igualdade de gênero seja estudada, analisada e divulgada, porque assim passa a ganhar visibilidade social e esse é o primeiro passo para que haja mudanças. Se não há nenhum problema visível, logo não há com o que se preocupar e nenhuma mudança deve ser feita. Portanto, este trabalho é socialmente relevante para ampliar o debate e a mobilização em busca da igualdade de gênero.

Ainda refletindo sobre a importância acadêmica do estudo, levanta-se o que foi relatado anteriormente sobre a abertura da discussão de gênero. Na academia há sim um maior engajamento político e social, no sentido de preocupar-se com tais questões, entretanto ainda não foi alcançada a vasta abrangência que essa temática precisa e almeja. E também é na academia que esse debate possui todas as oportunidades de desenvolver-se com mais complexidade, o que pode resultar em novas demandas, estratégias e abordagens.

Este trabalho é organizado de maneira que, inicialmente, explana-se a evolução da luta feminista para obter um reconhecimento histórico e social; no mesmo capítulo descreve-se sucintamente o progresso histórico desde os precursores da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) até a criação da entidade da ONU Mulher. Em um segundo momento, trata-se da internet como um espaço para a comunicação pública no qual as interações em prol da revolução social tomam novos formatos.

Ainda será explanada separadamente a metodologia da Hermenêutica da Profundidade e de suas etapas que contribuem para o desenvolvimento deste trabalho. E, por fim, aplica-se este método ao discurso de lançamento do programa, incluindo à metodologia a análise de discurso, necessária em uma das etapas daquela.

## **1. A BATALHA COTIDIANA DE UMA GUERRA (AINDA) INFINDÁVEL**

### **1.1. A transformação da categoria “mulher” na História e na Política**

Scott (1992) aborda o surgimento e desenvolvimento da História das Mulheres como um campo delimitado e diferenciado principalmente entre as décadas de 70 e 80. Ela evidencia que já no início da década de 1990, era claramente visível nos Estados Unidos a presença acadêmica, em artigos e livros, da identificação de historiadores que participariam do movimento da História das mulheres.

Ela esclarece que a denominação de “movimento” visa abranger tanto os empenhos dos historiadores das mulheres, que por meio de uma dinâmica de debate a nível nacional e interdisciplinar tentaram arduamente redigir o passado sobre as mulheres, quanto também o caráter político desta iniciativa.

A relação da História das mulheres com a política é notória e complicada. Contudo, Scott (1992) tenta esclarecer esse vínculo, primeiramente, introduz a origem desse campo de estudo na década de 1960, quando as ativistas feministas pleiteavam pela provação da participação da atuação feminina na História, pelas explicações sobre a opressão imposta às mulheres e que as heroínas fossem reveladas de forma que pudessem ser inspirações.

De início as feministas da academia tomaram esse campo como delas e atrelaram diretamente o conhecimento acadêmico à política. Entretanto, da metade para o final da década de 1970, houve um deslocamento do movimento. Isso ocorreu pela dilatação das indagações e dos registros variados acerca da vida das mulheres que conferiu força própria à essa área. Começaram a surgir assim, as características de um novo campo de estudo: crescimento dos diálogos interpretativos entre os pesquisadores, ocasionado pelo acúmulo de artigos e monografias da temática, além das controvérsias emergidas internamente e dos intelectuais que se ergueram como competentes.

Na década de 1980, observa-se o despertar da História das mulheres como campo de estudo próprio e também profundas mudanças no feminismo que, inicialmente, circunda apenas as mulheres para posteriormente caminhar e abranger o gênero. Essa mudança foi o rompimento com a política e declaração de um

espaço próprio, pois segundo ela, “gênero é um termo aparentemente neutro e desprovido de propósito ideológico imediato” (SCOTT, 1992, p. 65).

Após essa breve narrativa, Scott (1992) logo confronta que essa simples história linear representa inadequadamente a História das mulheres e a relação desta tanto com a política quanto com a ciência. É necessário realizar uma reflexão crítica e complexa, considerando simultaneamente o movimento feminista, a disciplina da história e a própria posição das mulheres na História. Ela declara também que mesmo que a História das mulheres esteja vinculada ao surgimento do feminismo, este não sumiu, nem na academia, tampouco na sociedade, apenas reorganizou-se.

Ao abordar o feminismo, ela conta que esse movimento apesar de possuir uma escala internacional também apresenta particularidades de acordo com o país ou região específica. Surgiu na década de 1960, nos Estados Unidos, a partir dos movimentos dos Direitos Civis e também por parte das políticas governamentais que visavam ao potencial feminino voltado para a expansão econômica, seja profissionalmente ou na academia.

Por conseguinte, foi-se construindo uma identidade coletiva do movimento, que constituía-se de indivíduos do sexo feminino interessadas em romper com a subordinação, com a invisibilidade e a impotência, buscando a igualdade e a autonomia sobre seus corpos e suas vidas.

No ano de 1963, após a emissão de um relatório da Comissão sobre a Condição da Mulher, criada pelo presidente Kennedy dois anos antes, constatou-se a disparidade de oportunidades e direitos que eram negados às mulheres em relação aos homens e, para solucionar isso, sugeriu-se a criação de comissões estaduais por todo o país.

Uma dessas, a Comissão para Oportunidades Iguais de Emprego, incluiu a discriminação sexual no Ato de Direitos Civis em 1964. Contudo em 1966, na terceira Conferência Nacional das Comissões Estaduais sobre a Condição da Mulher aprovou-se uma resolução que visava pressionar aquela Comissão a fazer valer a restrição contra a discriminação sexual tão rigorosamente quanto já realizada contra a discriminação racial.

Frente à ineficácia da aplicação desta emenda, as mulheres reuniram-se e decidiram como próxima medida de ação a criação da Organização Nacional das Mulheres. Próximo a esse momento, nos grupos de Estudantes por uma Sociedade

Democrática e do Movimento dos Direitos Civis, as jovens reivindicavam o reconhecimento da participação ativa e igualitária das mulheres nos movimentos políticos de mudanças sociais.

E ainda nessa década de 1960, as instituições de ensino superior e outras fundações começaram a estimular as mulheres a conquistarem seus PhDs, ofertando bolsas de estudo e apoio financeiro. Neste intuito de recrutar as mulheres, o feminismo surge com os objetivos de denunciar a desigualdade e reivindicar recursos para as mulheres. Desta forma, as feministas na academia expunham as dificuldades que sofriam, ainda que possuíssem credenciais acadêmicas e profissionais, desde a representação nas reuniões intelectuais até as diferenças salariais entre os sexos.

Em 1969, o Comitê de Coordenação de Mulheres na Profissão Histórica, durante o encontro da Associação Histórica Americana, demonstrou “sua prontidão para a luta e sua exigência em representar uma entidade coletiva a quem sistematicamente foram negados seus direitos” (SCOTT, 1992, p.70). Elas desafiaram as normas de conduta ao acusarem que o trabalho é sempre vinculado à política, pois perpetuava pelos sistemas de exclusão, seja por gênero ou racial, quem era considerado profissional qualificado.

Scott (1992) explica que os historiadores do século XX acreditavam que a disciplina da história deveria ser um registro do passado de maneira imparcial e desinteressada e que não haveria espaço para a política ali, pois esta seria contrária à ideia de profissionalismo. Assim, ela esclarece que as organizações profissionais e as profissões estruturam-se hierarquicamente de forma que os padrões dominantes decidem quais membros incluir ou excluir a partir de suas características ou ideologias políticas.

Evidentemente, os historiadores das mulheres queriam o reconhecimento como intelectuais, tanto que adequavam-se às normas de investigação, evidência, exatidão e linguagem dos historiadores. Todavia, contestavam a natureza e as consequências que um corpo uniforme e intangível de padrão profissional, no caso o homem branco, representasse o historiador. As historiadoras feministas levantaram várias questões a respeito dessa subordinação, mas destaca-se uma fundamental: Que outros pontos de vista foram excluídos ou suprimidos?

Scott (1992) relata que a própria criação da história das mulheres desestabiliza a disciplina da História, pois confronta as premissas que anteriormente

foram fixadas com a sua força política potencialmente crítica. A história das mulheres visa incluir as mulheres como sujeitos da História, revelando interpretações acerca das experiências e ações das mulheres no passado. Entretanto, ao fazer isso, essa história ingressa no dilema da diferença, na qual é inevitável que se realize comparações entre o que era dito como “universal”, que na verdade é a representação do homem branco, com outras categorias particulares, no caso, das mulheres.

“[...] reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (teve importância) no passado” (SCOTT, 1992, p. 77)

O surgimento da história social revelou-se como um veículo importante para a história das mulheres, pois aquela foca nas identidades coletivas de variados grupos sociais, o que legitimou a importância dos estudos das mulheres. A história social diversificou tanto os objetos de investigação quanto ofereceu à classes sociais minoritárias a posição de sujeitos históricos.

As mulheres passaram a ser utilizadas como uma categoria social fixa cuja seria delimitada até então como pessoas biologicamente femininas – isso é questionado pelas teorias do gênero a serem tratadas a seguir – que circulavam por papéis e contextos sociais diversos, resultando em diferentes experiências mas que possuíam um cerne inalterável.

Dessa forma, a documentação histórica da realidade das mulheres, focada nessa afirmação da cultura feminina em vez de vitimizá-las difundiu uma identidade coletiva que possibilitou a individualização, autonomia e emancipação da identidade feminina. Essa experiência compartilhada cujo tinha como denominador comum a sexualidade revelou que as demandas e interesses ligados à essa eram anteriores inclusive ao movimento que surgia.

Todavia, o erro comum dos historiadores sociais, que documentaram os efeitos da revolução industrial sobre as mulheres ou que estudavam a cultura das mulheres como um produtos gerado por essa experiência histórico-social dessas, era presumir que a categoria era homogênea e una. Contrariamente ao desenvolver da História das mulheres, que partiu de uma delimitação biológica sexual, o

movimento já pressupunha essa categoria independente e definível, porém a identidade seria construída a partir da mobilização dos membros.

De qualquer modo, a eclosão da categoria histórica das mulheres ocorre quase que emaranhada à identidade política das mulheres e trazia consigo um diagnóstico de que a opressão e invisibilidade histórica deviam-se à arbitrariedade masculina. Segundo Scott (1992), os homens, enxergados como um grupo de interesse homogêneo, resistiam às demandas de igualdade pois, evidentemente, prezavam por manter os recursos e o poder advindo da dominância. Esse antagonismo homem x mulher tornou-se o centro da discussão histórica e política.

Ao dar continuidade à narrativa histórica, Scott (1992) exprime que ao fim da década de 1970, tensões emergiam tanto no interior da disciplina histórica quanto no movimento. Questionavam-se a viabilidade dessa delimitação do grupo de mulheres e introduziam a diferença como um problema a ser investigado. “Era necessário um modo de pensar sobre a diferença e como a sua construção definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais” (SCOTT, 1992, p. 86).

Para teorizar essa questão da diferença, utilizou-se o termo gênero. Primeiramente concebeu-se que as definições de mulher e de homem sempre dependeriam do contorno antagônico das definições de cada um desses. Assim, as feministas optaram por utilizar o termo gênero para referir-se às construções relativas aos contextos culturais e sociais em contraposição ao termo sexo que limitaria às características físicas. A partir dessa conceituação, torna-se possível a articulação dos variáveis sistemas de gênero em relação à outras categorias, seja racial, étnica, ou de classe social, por exemplo.

A década de 1980 trouxe a multiplicidade identitária à tona, desafiando essa unidade da categoria “mulheres”. De acordo com Scott (1992), seria quase que impossível referir-se à qualquer mulher, sem especificar suas particularidades: mulher negra, mulher lésbica, mulher judia, mãe solteira, mulher trabalhadora pobre, entre outras. Todas estas confrontam a hegemonia da mulher heterossexual branca de classe média, sob o argumento de que essas especificidades essenciais impedem a concepção uma única identidade uniforme.

A partir disso, algumas feministas, sob a ótica do pós-estruturalismo, se afastam dessa simples documentação da oposição homem x mulher e passam a tentar compreender como esse contraste se estabelece; em vez de pressupor uma identidade à categoria de mulheres, buscam estudar a construção dessa. “Essa

análise assume a significação como seu objeto, examinando as práticas e os contextos dentro dos quais os significados da diferença sexual são produzidos.” (SCOTT, 1992, p. 89) Dessa forma, a feminilidade e a masculinidade não se limitam ao fenótipo sexual (fêmea x macho), passam a ser observados como posições de qualquer indivíduo.

Scott (1992) delinea que a própria diferença encontra-se no centro das teorias linguísticas de significação pois, segundo essas, os significados se constituem a partir de oposições e contrastes e também pela hierarquia entre os termos. A título de exemplificação, ela argumenta que se a definição de “homem” depende da subordinação da “mulher”, logo a mudança dessa condição da mulher demanda e provoca uma alteração direta no próprio conceito de “homem”.

Isso esclarece como as mulheres não podem ser incorporadas simplesmente, seja historicamente ou socialmente, sem uma reestruturação basilar nos padrões e definições que foram registrados de acordo com o que se dizia ser objetivo, universal e neutro, mas que, na realidade, presumia a própria exclusão feminina.

Destarte, tanto as abordagens científicas sociais quanto as pós-estruturalistas deparam-se com o mesmo obstáculo: se a categoria de mulheres e, conseqüentemente, a experiência e a identidade delas são múltiplas e instáveis, qual o ponto comum para o qual poderia reverter-se em uma mobilização política?

Algumas feministas que são contra essas ideias do pós-estruturalismo o classificam como machista, elitista e abstrato e dizem estar corretas por adotar um posicionamento feminista, prático e concreto. Scott (1992) elucida que, nessa ideologia, qualquer teoria a respeito do feminismo é tratada como política e isso distancia a possibilidade de ampliar novas abordagens teóricas tanto à história feminista, quanto à política feminista. Ela ainda critica que esse modo de pensar, tenta silenciar os debates a respeito de qual teoria é mais útil ao feminismo.

## **1.2. Um breve relato histórico desde a criação da ONU à ONU Mulher**

Araujo (2002) explica que as Organizações Internacionais seriam impossíveis de ocorrer na Antiguidade porque as nações viviam em isolamento até o momento em que viria a acontecer alguma batalha entre elas, desta forma, havia um sentimento de hostilidade quanto ao estrangeiro que era sempre equiparado ao inimigo.

Para que seja possível criar uma Organização Internacional é necessário que haja acordo entre Estados iguais no qual estes estejam dispostos a renunciar a alguns de seus direitos em prol daquela. E nessa época de impérios e guerras para conquistar terras e povos, as ambições falavam mais alto.

Araujo (2002) apresenta ainda a teoria de Dante Alighieri (1315) que acreditava em uma monarquia universal, na qual todas as repúblicas e reinos, apesar de manter suas próprias independências e normas, deveriam subordinar-se à jurisdição e direção de um monarca universal.

Ainda vale por destacar, a título exemplificativo, o Tratado da Santa Aliança assinado em 1815 na cidade de Paris, pelos reinos da Áustria, Prússia e Rússia que temeram pela ruína de seus tronos após a queda do Império de Napoleão. Eles tinham o poder de intervir nos negócios internos dos demais caso as monarquias estivessem ameaçadas e deveriam reprimir, inclusive nas colônias, as tentativas de libertação em independência.

Contudo, o Tratado perdeu a força em alguns anos e a declaração do presidente norte-americano Monroe em 1823 corroborou para isso. Ele proclamou que os Estados Unidos não admitiam qualquer intervenção europeia nas Américas, o que acabou frustrando os planos europeus de recolonização do continente.

Apesar de vários precursores terem abordado a ideia de uma Associação Internacional onde representantes das nações fizessem valer a paz internacional, Araujo (2002) enfatiza o presidente norte-americano Wilson que apresentou em 1918 uma proposta ao Congresso de seu país no intuito de criar essa Sociedade de Nações que colocasse em par de igualdade os Estados grandes ou pequenos.

Entretanto, a oposição, guiada pelo partido Republicano, alegou que tal projeto ia contra a Doutrina Monroe e faria os Estados Unidos se envolverem em conflitos fora do continente americano. O desfecho foi que a oposição ganhou e os Estados Unidos jamais fizeram parte da Liga das Nações, mas essa adotou alguns pontos propostos por Wilson.

A Liga das Nações surge como uma primeira tentativa de organizar institucionalmente a vida internacional no fim da Grande Guerra com a assinatura do Tratado de Versalhes em 1919. Ela teve o objetivo de garantir a paz e a segurança internacional, respeitando a independência política dos membros e evitando sempre a resolução armada dos conflitos.



Araujo (2002) critica o fracasso da Liga das Nações desde a sua constituição que já diferenciava as nações entre vencidas e vencedoras da Grande Guerra. Além do mais, estava enfraquecida pela ausência da União Soviética e dos Estados Unidos, e ainda foi este mesmo tratado que impôs as perdas e reparações com as quais a Alemanha deveria arcar.

Azambuja (1995) complementa ao relatar que:

“A Liga das Nações [...] teve também, entre outros pecados, o de não poder, evidentemente, incorporar os povos então colonizados; os vícios do seu jurisdicionismo; a sua virtual cegueira para a dimensão econômica e social dos problemas internacionais, vistos apenas na configuração clássica de poder [...]” (AZAMBUJA, Marcos. 1995, p. 139-140)

Tendo sido evidente o fracasso da Liga das Nações em evitar que a Segunda Guerra Mundial ocorresse, Lasmar e Casarões (2006) explicam que ainda durante este conflito já se iniciaram as negociações que viriam a consolidar a Conferência de São Francisco de 1945, por meio da ratificação de dois terços dos cinquenta Estados participantes, a Organização da Nações Unidas (ONU).

A ONU manteve os objetivos da Liga das Nações de preservar a paz e a segurança internacionais, entretanto funcionaria com um dinâmica mais ampla e atentando-se para a nova realidade do sistema internacional. Os dois mandamentos principais dessa organização seriam a solução pacífica de litígios e a abstenção do uso de forças armadas em relações internacionais.

“Todavia, dentro desse quadro e inserida no contexto da Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas não se consolidou a partir de uma ideia e interpretação única de sua estrutura, finalidade e objetivos.” (LASMAR e CASARÕES, 2006, p. 3). A ONU se configurou procedimentalmente e simbolicamente diferente a partir de cada situação.

A ONU possui uma estrutura complexa e ramificada, contudo são seis os órgãos principais, sendo um administrativo, três deliberativos e dois decisórios. O primeiro é o Secretariado que desempenha o papel executivo e administrativo da Organização, com o intuito de gerir e auxiliar os outros órgãos quanto às suas políticas e programas. O “principal funcionário” administrativo é o Secretário-Geral, recomendado pelo Conselho de Segurança e designado pela Assembleia Geral.

Os órgãos deliberativos são: a Assembleia Geral, o Conselho de Tutela e o Conselho Econômico e Social; estes estão sob a autoridade daquela. A Assembleia Geral é o órgão plenário da ONU do qual devem participar todos os Estados-membros e, segundo a Carta das Nações Unidas, é onde são debatidos quaisquer temas que assimilem com as finalidades desta ou com as funções de quaisquer dos órgãos.

A Assembleia Geral ainda abrange vários órgãos suplementares como conselhos, comitês e grupos de trabalho. Alguns desses comitês “foram criados para acompanhar a implementação de um tratado ou programa específico” (LASMAR e CASARÕES, 2006, p.49); também podem ser denominados órgãos de tratado. Para este trabalho, ressalta-se o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, sigla em inglês), estabelecido em 1982, um ano após a entrada em vigor da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979.

O Conselho Econômico e Social (Ecosoc), tal qual se espera, é responsável por alimentar os debates acerca da economia e das questões sociais internacionais. Dentre os órgãos auxiliares deste Conselho, é importante mencionar a Comissão sobre a Condição da Mulher (CSW, sigla em inglês), criada em 1946 e que se reúne anualmente em Nova Iorque para apresentar relatórios e debater, juntamente com a participação de ONGs, ativistas e a sociedade civil, sugestões para a promoção dos Direitos das Mulheres.

Os órgãos decisórios são o Conselho de Segurança e a Corte Internacional de Justiça, as principais diferenças entre eles apresentadas por Lasmar e Casarões (2006) é que aquele fundamenta suas decisões no Direito Internacional e aplicam-se estas apenas às partes envolvidas no caso julgado, já este considera as questões políticas no embasamento de suas decisões e tem efeito obrigatório para todos os Estados-membros.

Devem ser enfatizados ainda alguns marcos históricos importantes para a ONU no que se trata do avanço na luta pelos direitos das mulheres. Em 1975, ocorreu na Cidade do México a I Conferência Mundial sobre a Mulher na qual se declarou este ano como o Ano Internacional da Mulher e a década de 1975-1985, como a “Década da Mulher”. Na III Conferência, realizada em Nairóbi no ano de 1985, o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher é convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a

Mulher (UNIFEM). E na IV Conferência, realizada em Pequim em 1995, 184 países assinaram o Plano de Ação que contem objetivos estratégicos para combater a opressão, a marginalização e a discriminação sofridas pelas mulheres.

Por fim, é pertinente descrever que a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (UN Woman/ONU Mulher) surgiu numa Assembleia Geral da ONU, em julho de 2010, com o intuito de acelerar a implementação das metas que versem sobre estes assuntos. Ela englobou vários setores que anteriormente compunham essa busca pela igualdade de gênero e pelo empoderamento das mulheres, a saber, a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW), o Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

A ONU Mulher assume a posição de auxiliar a ONU frente aos compromissos incumbidos referentes à igualdade de gênero. Essa entidade atua desde a concepção de políticas juntamente com a Comissão sobre a Condição da Mulher (CSW) e assistência na implementação dessas nos Estados-membros, oferecendo quando necessário o suporte técnico e financeiro, até a realização de parcerias com a sociedade civil.

## **2. INTERNET: UM ESPAÇO DE REVOLUÇÃO?**

### **2.1. A Comunicação Pública como um meio para a Cidadania**

Para iniciar discussão a respeito da Comunicação Pública, Matos (1997, apud MANIERI e RIBEIRO, 2011, p. 51) expõe um breve panorama histórico brasileiro para explicar como essa se desenvolveu no país. Ela relata que com o Golpe de 1964 que implantou o regime militar no Brasil, houve a necessidade de se criar um sistema de comunicação que ficasse encarregado de associar uma ideia positiva à imagem pública do novo regime. Deste modo, em 1968, surge a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp).

Entretanto, somente no final do período militar, no governo do general Figueiredo, foi criada a Secretaria de Comunicação Social (Secom), que teria o objetivo de preparar o país para a reabertura política. Os gestores públicos notaram que os cidadãos gostariam de exercer suas cidadanias para além do voto, participando ativamente do processo político, buscando respostas para as suas demandas.

O conceito de comunicação pública, segundo Matos (1999, apud MANIERI e RIBEIRO, 2011, p. 53) portanto, diz respeito a um processo de comunicação no âmbito da esfera pública, triangulando a sociedade civil, o Estado e o governo, configurando-se como um ambiente de debate, negociações e tomada de decisões pertinentes à vida pública do país.

Esse conceito difere, como explica Brandão (2007, apud MANIERI e RIBEIRO, 2011, p. 53), do de comunicação governamental, referente à prestação de contas e informações quanto ações e praticas de determinado governo, e do de comunicação política, relacionado ao marketing político de persuasão e convencimento.

Duarte (2007, apud MANIERI e RIBEIRO, 2011, p.52) relata que o processo de redemocratização, a Constituição de 1988, a atuação dos movimentos sociais, o desenvolvimento tecnológico, entre outros fatores, foram essenciais para a formação de meios de pressão e participação dos cidadãos em relação ao Estado.

Manieri e Ribeiro (2011) abordam que o objetivo primordial da comunicação pública é divulgar aos cidadãos as informações de interesse público, direito assegurado a esses, para, a partir disso, abrir o espaço de diálogo e participação

entre a sociedade e o Estado. Sendo assim, a comunicação pública deve ser entendida para além da difusão das informações referentes às instituições públicas, é necessário também que haja a troca com o cidadão a respeito dos assuntos de relevância e interesse públicos, para que esse seja ouvido e participe ativamente.

A comunicação pública relaciona-se mutualmente com a cidadania, sendo aquela um meio necessário para este fim. Apenas com uma comunicação plena de tudo aquilo que os todos os cidadãos, sem distinção ou segregação, tem direito de saber e não tão somente aquilo que gostariam de saber, é que esses serão emancipados e terão ciência dos seus poderes de reivindicar, mobilizar e lutar pelos seus direitos, concretizando a cidadania ativa.

A seguir, Manieri e Ribeiro (2011) relacionam a esfera pública com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Aquela seria o espaço onde os cidadãos se reúnem para debater os assuntos de relevância pública e que, até o advento daqueles, era bastante restrita à burguesia. Por causa da evolução dos meios de comunicação, as pessoas não precisam mais se encontrar na esfera pública para realizar tais discussões, elas podem acontecer a distância, o que rompe com esse isolamento da esfera pública.

A partir da globalização e do consumo de eletrônicos, principalmente, a relação dos indivíduos e da sociedade, de maneira ampla, com os veículos de comunicação aprofundou-se de modo a se tornar cotidiana e extremamente fundamental no acesso às informações. E o surgimento das mídias sociais ofertou aos receptores o poder de intervir e escolher quanto aos emissores e mensagens que pretendem dialogar.

Manieri e Ribeiro (2011) mencionam quatro grandes revoluções comunicativas, relacionadas ao surgimento da escrita, da impressão, da cultura de massa e das tecnologias digitais. A cada uma dessas, não emergiram apenas novas formas de se comunicar, mas, simultaneamente, novas formas de interação social. A cada uma dessas alcançou-se um público cada vez maior em menos tempo e a um menor custo.

A quarta revolução comunicacional, a das mídias digitais, inovou ao transformar o sujeito que anteriormente era basicamente receptor em emissor. Os conteúdos são criados e publicados pelos próprios usuários das mídias sociais, o que altera imensamente o processo comunicacional, pois gera uma confusão nos tradicionais papéis de emissor, meio e receptor.

Por conseguinte, a grande mudança desta revolução está no indivíduo que ora é consumidor, ora produtor, ora distribuidor de informações. Isso resultou no rompimento do monopólio da circulação de informações e da formação da opinião pública, outrora inerente aos grandes veículos de massa.

As redes sociais, segundo Manieri e Ribeiro (2011), possibilitam uma relação dialógica participativa, mesmo não ocorrendo face a face, aproximam o emissor e receptor pois, ainda que mediada, não anula a potencialidade crítica do receptor e esses papéis podem ser alternados. Assim, é evidente que toda essa estrutura de participação ativa do cidadão no exercício da comunicação pública, ainda é fragmentada e difusa nas mídias sociais, mas já é possível perceber o impacto que essa mudança do processo comunicacional está tendo nas transformações sociais, inclusive da cultura e política brasileira. Em resumo:

“Se as mídias sociais modificam a forma de interação entre os sujeitos do processo de comunicação, tornando-o mais interativo e participativo, conseqüentemente a prática da comunicação pública poderá contribuir para o exercício da cidadania.

Em uma sociedade democrática é essencial o diálogo e o pleno exercício da cidadania. Nessa perspectiva deve-se pensar que as mídias sociais podem possibilitar uma maior participação nos debates de interesses públicos e, com isso, certamente a prática cidadã será estimulada, propiciando-se uma relação mais estreita entre governo e sociedade.”

(MANIERI E RIBEIRO, 2011, p. 60)

Por fim, Manieri e Ribeiro (2011) ressaltam que toda essa utilização das mídias sociais, tanto pela sociedade quanto pelos governantes, é um fenômeno extremamente novo e que ainda precisa ser amadurecido para se tornar efetivamente uma ferramenta da prática da comunicação pública.

## **2.2. Cyberespaço: um lugar para as lutas sociais**

Moraes (2000) trata do ambiente da Internet como interativo, descentralizado e cooperativo o qual será responsável por revolucionar as lutas sociais que vinham ocorrendo até a metade dos anos 90. Neste espaço não se busca atingir milhões de pessoas, característica das mídias tradicionais, e sim disseminar ideias e realizar trocas.

Na Internet surge a vantagem de transpor os filtros ideológicos e políticos dos editoriais da grande mídia. Torna-se possível que forças contra-hegemônicas possam dialogar, encontrando aqueles que apoiem, critiquem, sugiram ou até mesmo contestem determinada ideia.

O ciberespaço é, segundo Moraes (2000), construído de maneira universal mas sem totalizar, ou seja, é plural e contraditório mas não favorece pensamentos únicos ou dominação coercitiva. Para ela, essa capacidade de disponibilizar informações a qualquer espaço-tempo amplia a teia comunicacional mundial.

Para Moraes (2002), cada novo usuário se torna um potencial produtor e emissor de informações imprevisíveis e novas que poderão ser acessadas instantaneamente sem qualquer barreira geográfica, de fuso horário ou de quaisquer grades de programação. Os internautas também se tornam responsáveis por selecionar e reorganizar como vão interagir com essas informações, a partir de suas afinidades ou conveniências.

Esta rede, em expansão e mutação contínua, oferece uma caótica desorganização “saudável”, de acordo com Moraes (2000), o que a conferiu a denominação de Babel Cultural do final do milênio.

Moraes (2000) declara que o ciberespaço não é isolado dos embates sociais concretos e apesar das particularidades em relação a outros meios convencionais de comunicação, há uma complementariedade com a realidade. Tal qual o rádio não extinguiu a mídia impressa e sequer a televisão não acabou com o rádio, a internet não vai desaparecer com os outros meios, é uma nova forma midiática na qual os consumidores precisam adequá-la ao que já estava consolidado.

“É, pois, viável combinar os instrumentos de ação político-cultural que o real e o virtual fornecem, sem perder de vista que no território físico, socialmente reconhecido e vivenciado, se tece o imaginário do futuro.” (MORAES, 2000, p. 144)

A comunicação *online* reaviva a participação política às lutas e movimentos civis, pois proporciona um ambiente que apesar de aparentar ser anárquico é bastante democrático. Nesta zona de diversidade cultural, é possível que até as vozes de pequenos grupos sejam expostas de maneira ampla para a sociedade, graças à características como o barateamento de custos, em comparação às mídias

tradicionais, a velocidade da transmissão e circulação das mensagens e o raio de abrangência global.

A internet também rompe com o intermédio outrora realizado nas mídias tradicionais. Essa mediação que filtra, censura e deturpa os fatos e informações a mercê dos interesses de quem controla os meios. Por isso, tornou-se possível que distintas resistências se comuniquem, no cerne daquilo que acreditam e que realmente gostariam de difundir.

A variedade de recursos e ferramentas viabilizou a multiplicidade de espaços de conhecimento distintos, podendo inclusive estarem reunidos em um mesmo *site*. Diante desses atributos positivos, as entidades civis utilizam desse espaço como uma grande esfera pública comunicacional, assegurados pelos princípios de participação, diálogo e cooperação, onde podem questionar as hegemonias constituídas e fortalecer a cidadania.

Moraes (2000) ainda apresenta alguns desafios que a cibermilitância pode encontrar: o aprofundamento nessas experiências de comunicação virtual, considerando as demandas e expectativas dos públicos-alvo; a contraditória hipervelocidade da comunicação virtual e da lentidão dos processos de mudança sociopolítica e cultural; e a falta de aprimoramento da busca na vasta internet que dificulta que os interessados se encontrem nas mesmas páginas e, então, que seja possível a interação, o debate.

Além desses obstáculos, ainda deve se considerar as dificuldades econômicas, tendo em vista que computadores e linhas de internet banda larga ainda possuem custos elevados, apesar da facilitação financeira ocasionada pelo acesso à internet nos *smartphones* de preços mais acessíveis. E por fim, a facilitação dos procedimentos de interatividade na rede, ou seja, é necessário instruir e/ou simplificar os mecanismos de interação para que se torne compreensível e instintivo para todos e assim, não gere, outra barreira sócio-tecnológica.

### **2.3. Redes de Movimentos Sociais: a formação dos instrumentos de luta**

Scherer-Warren (2006) parte da pressuposta divisão tripartite da realidade em Estado, mercado e sociedade civil. Esta é diversificada e múltipla, composta por forças heterogêneas que buscam a defesa da cidadania e organizam-se em torno



dos valores sociais e dos interesses públicos. Contrariamente, os dois primeiros se orientam em prol das racionalidades do poder, da regulação e da economia. Sucintamente, a sociedade civil:

“[...] é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110).

Dentro dessa divisão de níveis, Scherer-Warren (2006) descreve o primeiro nível como o associativismo local, especificado nos movimentos comunitários, nas associações civis, nos sujeitos sociais envolvidos em causas socioculturais do cotidiano e também nos coletivos informais, pouco ou de nenhuma forma institucionalizados, que lutam pelo reconhecimento ou produzem novas formas de expressão simbólica.

Quando essas organizações locais buscam coordenar-se nacionalmente, surge o segundo nível, as formas de articulação inter-organizacional, das quais evidenciam-se as associações nacionais de Organizações Não-Governamentais (ONGs), os fóruns da sociedade civil e as redes de redes que representam as associações e movimentos locais com o intuito de relacionarem entre si em prol do empoderamento da sociedade civil.

O segundo nível somente veio a se tornar uma realidade possível com o advento da internet e as ferramentas virtuais, por exemplo o e-mail, que facilitou a comunicação e diálogo entre essas associações locais em um território abrangente e, conseqüentemente, tornou os encontros presenciais mais espaçados e circunstanciais.

O terceiro nível é um fruto das articulações mais abrangentes realizadas no nível anterior. Ele ocorre quando essas articulações transcendem para a praça pública na forma de manifestações. Segundo Scherer-Warren (2006), esse nível das mobilizações na esfera pública, insere a participação de simpatizantes e visa uma maior visibilidade na mídia, além de refletir simbolicamente, no sentido político-pedagógico, nos manifestantes e na sociedade em geral. Essas mobilizações são consideradas “uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112).

Esse processo articulatório resulta na denominada rede de movimento social, ou apenas Movimento Social, em sentido amplo. Isto pressupõe uma identidade ou identificação dos sujeitos coletivos em prol de objetivos ou projetos em comum, além da determinação de adversários e situações antagônicas que devem ser combatidos e transformados.

Para Scherer-Warren (2006), nessa sociedade de redes os movimentos de base locais, o associativismo local ou setorizado por temáticas encontram cada vez mais a necessidade de relacionarem-se com outros grupos que possuam afinidades políticas ou sociais visando ampliar a visibilidade, impactar a esfera pública e, assim, alcançar as esperadas vitórias para a cidadania.

Deve ser ressaltado ainda que, nesse processo articulatório, há um conflito no núcleo do movimento social entre participar com e através do Estado, o que facilita a criação e implementação das políticas públicas almejadas ou, por outro lado, ser um agente autônomo de pressão da sociedade civil.

Scherer-Warren (2006) exemplifica uma rede de movimentos sociais pelo Movimento Nacional Quilombola, uma das expressões emergentes do Movimento Negro Brasileiro. Esse movimento possui os aspectos organizacionais, por conter várias redes de redes, desde articulações nacionais até as pormenorizadas associações e ONGs locais que compartilham uma herança sociocultural ou também identificam-se com a causa.

E também possui as características de uma ação movimentalista, isto é, resumidamente, apresenta uma identidade (a etnia negra e de classe baixa), uma situação adversária que busca combater (o legado colonialista, o racismo e a expropriação) e um projeto em comum (a manutenção das terras comunitárias quilombolas que lhes foram herdadas mas estão sobre constante ameaça ou invasão).

As identidades e, conseqüentemente, as lutas pela cidadania, nas sociedades globalizadas, complexas e multiculturais, segundo Scherer-Warren (2006), tem se tornado cada vez mais diversificadas. Isto é, as lutas abrangem diferentes faces do indivíduo, por exemplo, o gênero, a classe social, a etnia e também variadas dimensões de valores e políticas, como pela liberdade, pela igualdade, pela sustentabilidade socioambiental, pelo respeito à diversidade, entre outras.

Ela explica que essas redes de movimentos, por serem multiformes, aproximam atores sociais dissemelhantes que passam a dialogar, ainda que seja um

diálogo não livre de conflitos de valores e interesses. Esse confronto de lutas diferentes, com reivindicações díspares, influi na mudança da defesa dos movimentos sociais de sujeito plural e não mais de um sujeito identitário singular.

A fim de ilustrar, Scherer-Warren (2006) refere-se à Marcha Mundial das Mulheres (MMM) que surge no movimento de mulheres, mas é um projeto de mobilização social que abarca não tão somente ONGs feministas, mas também organismos e comitês mistos de mulheres e homens que se identificam com a causa. Esta parte da concepção da existência de uma discriminação de gênero mas congrega com outras dimensões de intolerâncias e exclusões, principalmente buscando a solidariedade, a igualdade, a liberdade, a justiça e a paz.

A MMM, tal qual outros movimentos surgidos na era globalizada, é uma rede inter-organizacional mas, no momento de realizar mobilizações em espaço público expande-se à participação de outros cidadãos e cidadãs. Como ocorreu com a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, lançada em 8 de março de 2005 na cidade de São Paulo, que viajou pelas Américas integrando não apenas o movimento feminista latino-americano, mas também diversificando a pauta a partir de associações com outros movimentos sociais.

Scherer-Warren (2006) acredita que as redes transnacionais de organizações e os fóruns, como o Fórum Mundial Social (FSM), são espaços extraordinários para coordenar a luta por Direitos Humanos em seus muitos aspectos. A partir dessas articulações em rede de movimentos, levanta-se discussões que transpõem diferentes dimensões da exclusão social e resultam na demanda por novos direitos.

Ainda destacando a MMM que partiu de manifestação feminista no Canadá em 1999, utilizando do lema “pão e rosas”, para resistir contra a pobreza e a violência. Ainda mantém essa máxima, contudo expandiu a aceção ao recrutar outros conjuntos de movimentos à lutarem por um mundo diferente, por novos direitos humanos e, sobretudo, com o intuito de acabar com os legados do capitalismo e do patriarcado. A Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade (2004) fundamenta:

“Esses sistemas se reforçam mutuamente. Eles se enraízam e se conjugam com o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, o escravismo e o trabalho forçado. Constituem a base dos fundamentalismos e integristas que impedem às mulheres e aos homens serem livres. Geram pobreza,

exclusão, violam direitos dos seres humanos, particularmente os das mulheres, e põem a humanidade e planeta em perigo.”

(CARTA MUNDIAL DAS MULHERES PARA A HUMANIDADE, 2004)

Scherer-Warren (2006) explica que as redes de movimento modificaram inclusive as militâncias e o ativismo. Segundo ela, o ativismo atual volta-se para os mais dominados, discriminados, carentes e excluídos. A tendência é que não haja mais uma divisão clássica de ONGs produtoras de conhecimento, ativistas e prestadoras e serviços e sim uma hibridização dessas três formas de atuação focadas no pró-ativismo pela democracia e amparada pelos valores de cooperação e solidariedade.

Ela trata também que nas redes de movimento espera-se que haja uma maior distribuição do poder, em decorrência dos vários centros existentes. Contudo, ainda reforça que isso é parcialmente verídico, pois mesmo nas redes, há elos mais fortes (lideranças, agentes estratégicos, mediadores, etc) que direcionam as ações e detêm o maior poder de influência.

As redes não diferem de outras relações sociais, estão impregnadas de poder e portanto, pelo conflito, mas também pelas oportunidades de reciprocidade e solidariedade. O que deve se tentar alcançar é o equilíbrio dessas forças contrastantes, prezando especialmente pela autonomia dos sujeitos sociais mais excluídos, não apenas reservando para eles o lugar de “público-alvo”, mas oferecendo-lhes a voz.

Três orientações são sugeridas por Scherer-Warren (2006) para que os mediadores não estimulem as hierarquias de poder e empoderem os atores sociais mais excluídos: (1) desconstruir as discriminações enraizadas nesses dominados, sem dispensar a avaliação autocrítica, no intuito de resgatar a dignidade deles; (2) construir uma nova ética social, de cooperação, solidariedade e reciprocidade, potencializando mecanismos de reconhecimento social através de ações coletivas com essas populações inferiorizadas; (3) e trocar experiências e relacionar-se com outros coletivos de redes em busca de um empoderamento que resultará em uma rede de movimento social.

Em suma, para realizar o empoderamento democrático e inclusivo deve-se combater a exclusão em seus diversos aspectos (civil, político, socioeconômico, cultural, etc); reconhecer a pluralidade dos sujeitos sociais e de suas ideias; e

promover a democracia nos mecanismos de participação tanto no núcleo das organizações, bem como na esfera pública, gerando novas formas de governança.

E para essas novas formas de governança, os sujeitos devem estar preparados. Com esse objetivo, Scherer-Warren (2006) elenca que esses devem participar de mobilizações de base local na esfera pública, de fóruns e redes da sociedade civil, de conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado e também buscar uma representação ativa nas conferências nacionais e globais de iniciativa governamental em parcerias com a sociedade organizada.

Ela detalha que nas mobilizações de base local é onde se proclamam e se estabelecem as identidades coletivas, que reforçam o sentimento de pertencimento, os simbolismos, que geram o sentimento da unidade na diversidade, e os projetos “utópicos” que conferem longevidade ao movimento. No âmbito dos fóruns da sociedade civil, é onde se constrói sistematicamente as propostas de transformação social e de negociação tanto com o Estado quanto com o mercado. É também onde as organizações de base encontram uma via de representação, ainda que informal, e de mediação política nessas negociações.

Ocorrendo a parceria entre os entes mencionados, Scherer-Warren (2016) ressalta, dentre as várias formas de atuação, os conselhos setoriais e conferências. Nesses conselhos setoriais reconhece-se um espaço institucional no qual, teoricamente, se permite encaminhar as propostas da sociedade civil para uma governança junto à esfera estatal. A partir desses, também é possível uma maior participação em conferências nacionais e mundiais, tais quais as organizadas pela ONU.

Conclui-se que as redes de movimentos, característica da sociedade civil organizada do século XXI, institui, a partir de parcerias públicas, privadas e estatais, novas formas de governança com mais maior participação cidadã. Essas redes rompem os obstáculos territoriais, ao ampliar as ações locais a níveis regionais ou nacionais, temporais, ao lutar pela unidade dos direitos de várias gerações e sociais, por exemplo, ao incentivar o respeito às diferenças.

### 3. O MÉTODO DE ANÁLISE: A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE DE THOMPSON

Para realizar a análise do discurso de lançamento do programa *He for She* optou-se pelo método da Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta pelo sociólogo John B. Thompson. Esta técnica consiste em três fases de análise que se correlacionam e se completam, são elas: a análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a (re)interpretação.

Segundo Litz et al (2014) a Hermenêutica Profunda, como também pode ser denominada, tangencia as teorias da hermenêutica apresentada por Paul Ricoeur e a Teoria Crítica de Habermas. Thompson articulou um método a ser aplicado para as comunicações de massa, o que se enquadra nas propostas deste trabalho cujos produtos a serem analisados provem das mídias sociais.

Essa teoria metodológica parte da interpretação de textos na qual estes são considerados como um agrupamento de símbolos, ou seja, produtos humanos repletos de múltiplas interpretações, que possuem um significado inerente ao próprio mas também um significado a partir das interpretações do receptor daquela mensagem.

Segundo Thompson (2011) a metodologia em questão difere-se do campo-objeto das ciências naturais que delimitam suas análises a uma única correlação entre os fatos e objetos que devem ser observados e explicados. Na Hermenêutica de Profundidade se insere o fator subjetivo da relação campo-sujeito, a partir de uma pesquisa sócio histórica que possui a característica própria de ser um campo pré-interpretado. De maneira a esclarecer esta peculiaridade:

“O caráter pré-interpretado do mundo sócio-histórico é uma característica constitutiva que não tem paralelo nas ciências naturais. Na consecução dessa pesquisa sócio-histórica, procuramos compreender e explicar uma série de fenômenos que são, de algum modo, e até certo ponto, já compreendidos pelas pessoas que fazem parte do mundo sócio-histórico; estamos procurando, em poucas palavras, reinterpretar um domínio pré-interpretado”  
(THOMPSON, 2011, p. 33)

Essa metodologia é uma ferramenta bastante completa para o pesquisador pois oferece a possibilidade de aplicar análises tanto do contexto sócio-histórico quanto do espaço-temporal ao objeto analisado, além de poder aplicar também variadas técnicas de observação, seja discursiva, semiótica, de conteúdo ou quaisquer padrões formais conforme a necessidade da pesquisa.

Antes de partir para as etapas da HP propriamente dita, Thompson (2011) descreve um estágio preliminar indispensável, que ele denomina de Hermenêutica da vida quotidiana ou Interpretação da Doxa, na qual se deve realizar “uma elucidação das maneiras como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem” (THOMPSON, 2011, p. 363) em seus cotidianos.

Ele ainda acentua que esse próprio processo de reconstruir o entendimento é interpretativo e que analisar formas simbólicas fora de seus contextos cotidianos seria “desprezar uma condição hermenêutica fundamental da pesquisa sócio-histórica” (THOMPSON, 2011, p. 364). Para concluir a respeito dessa etapa preliminar, Thompson (2011) alerta que tal quanto a importância desta se realizar está também a abrangência da análise em não dever, como muito ocorre, limitar-se a essa única interpretação da doxa.

Conforme mencionado anteriormente, aos símbolos são atribuídos significados por quem os produz e os recebe, contudo esses ainda possuem uma construção estrutural de significado a partir do contexto histórico e social no qual está inserido. Desta forma, é possível partir para a primeira das três etapas propostas já mencionadas, a análise sócio-histórica.

“O objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas.” (THOMPSON, 2011, p. 366). Desta forma, Thompson (2011) sugere que a análise se dê a partir de quatro características básicas dos contextos sociais. O primeiro nível diz respeito à identificação e descrição da situação espaço-temporal, pois as formas simbólicas assumem diferentes significados a partir do lugar e tempo específico nos quais estão inseridas.

Em sequência deve-se observar essas nos campos de interação na qual estão imersas, ou seja, o “espaço de posições e um conjunto de trajetórias, que conjuntamente determinam algumas das relações entre as pessoas e algumas das oportunidades acessíveis a elas.” (THOMPSON, 2011, p. 366). O terceiro nível trata

das instituições sociais; para Thompson (2011) a análise destas deve ser feita a partir da reconstrução das normas, relações e recursos que as constituem e das ações e atitudes desenvolvidas por elas e pelas pessoas associadas.

A quarta categoria da análise sócio-histórica é a própria estrutura social. Neste nível, Thompson (2011) ressalta que deve-se buscar pelas assimetrias, divisões e diferenças que são relativamente estáveis, ou seja, que sejam referentes não tão somente a uma disparidade individual mas de toda uma coletividade no que trata do acesso a oportunidades, recursos e poder.

Além dessas quatro características, Thompson (2011) introduz outro fator que considera determinante para a investigação sócio-histórica, os meios técnicos de construção e transmissão de mensagens. Cada um desses meios pode influenciar na estabilidade das formas simbólicas, na reprodutibilidade e na participação dos sujeitos nos campos de interação. Ele complementa ainda que neste nível, não basta uma investigação técnica dos meios mas também os contextos sociais nos quais esses estão e como as características singulares podem agir nos próprios sujeitos.

A segunda fase da Hermenêutica de Profundidade de Thompson trata da análise formal ou discursiva. Ele acredita que esta fase se torna necessária pois as formas simbólicas são além de produtos contextualizados; elas possuem também uma construção complexa, uma estrutura que, por si própria, na forma como está apresentada, tem o objetivo de significar algo.

Para essa investigação, Thompson (2011) sugere alguns métodos que podem ser aplicados de maneira diversa a depender das particularidades dos objetos estudados. Dentre eles, a semiótica que busca compreender as relações entre os elementos que constituem a forma simbólica e destes para com o sistema ou a outros códigos nos quais estejam inseridos; a análise da conversação que objetiva esmiuçar características das interações linguísticas; e a análise argumentativa que visa explicitar as estruturas de argumentação criadas no discurso a fim de induzir o receptor a determinado raciocínio.

Thompson (2011) afirma que essa análise sistemática e rigorosa embasada nesses e outros métodos de análise formal ou discursiva, se torna abstrata e ilusória se desvinculada das condições de produção e recepção das formas simbólicas. Desta forma, propõe a terceira fase da Hermenêutica de Profundidade, a (re)interpretação, que foi facilitada pelos desvendamentos apontados nas fases de



análise sócio-histórica e discursiva. Ele acredita ser necessário que o pesquisador realize uma construção criativa e interpretativa das conclusões encontradas na análise formal, relacionando-as às reflexões levantadas na análise sócio-histórica. Sendo assim, o processo de (re)interpretação:

“[...] transcende a contextualização das formas simbólicas tratadas como produtos socialmente situados, e o fechamento das formas simbólicas tratadas como construções que apresentam uma estrutura articulada. As formas simbólicas representam algo, elas dizem alguma coisa sobre algo, e é esse caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de reinterpretação.”  
(THOMPSON, 2011, p. 375-376)

Ao recordar do momento preliminar desta análise, a interpretação da doxa, Thompson (2011) explica o porquê dessa terceira fase também ser denominada reinterpretação. Isso ocorre porque as formas simbólicas objetos dessa Hermenêutica Profunda, já foram outrora pré-interpretados por outrem que também constituem o mundo sócio-histórico. Portanto, o resultado do método explanado é uma das várias interpretações possíveis acerca dessas formas simbólicas e pode inclusive divergir desse significado pré-interpretado.

Em suma, Thompson (2011) apresenta a metodologia de Hermenêutica de Profundidade que visa evitar o reducionismo do método sócio-histórico que revela as condições de produção e recepção das formas simbólicas mas negligencia a estrutura e o conteúdo dessas e o internalismo dos métodos formais ou discursivos que erram pelo contrário, prevalecendo as características internas dos signos sem contextualizarem-nos.

Dessa maneira, cria uma metodologia complexa que alia nas primeiras fases esses métodos supracitados e os complementa com a terceira fase que é a própria reinterpretação da forma simbólica pelo pesquisador a partir das inferências encontradas.

#### **4. APLICANDO A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE**

Conforme proposto, realizar-se-á uma análise interpretativa do discurso de lançamento do programa *He for She* realizado pela Embaixadora de Boa Vontade da ONU Mulher, Emma Watson. Para isso, basear-se-á nas quatro etapas da Hermenêutica de Profundidade de Thompson explanadas anteriormente.

Desta forma, na etapa preliminar da Interpretação da Doxa, explana-se a forma como alguns conceitos são percebidos pelos emissores e receptores da sociedade geral. Na primeira etapa propriamente dita, a sócio-histórica, abordar-se-á os cinco pontos propostos por Thompson, em suma: espaço-tempo, espaço de posição, instituição, estrutura social e meio de transmissão.

Nas segunda fases, da análise propriamente dita aplicar-se-á a análise de discurso inglesa nos termos propostos por Manhães (2005) e, por fim, na reinterpretção, entrelaçam-se os resultados obtidos nas etapas anteriores de modo a esclarecer as problemáticas restantes no discurso investigado.

##### **4.1. A Interpretação da Doxa**

Para introduzir a interpretação da doxa, portanto, levanta-se a questão do próprio feminismo. Não é obscuro que este termo e todas as suas acepções simbólicas geram conflitos e contradições na sociedade em geral e inclusive dentre as mulheres que lutam pela igualdade de gênero.

O feminismo que, inicialmente, surge como um espaço que busca acolher as mulheres e oferecer a elas o esclarecimento de seus poderes e capacidades a fim de emancipá-las e empoderá-las, outrora passou a ser associado à negatividade por aqueles e aquelas que já estavam inseridos nos sistemas patriarcal e machista instaurados. Isto ocorre pois o feminismo questiona proposições que estavam consolidadas como ideais ou corretas, como o casamento, a família, o lar, a sexualidade, a academia, a divisão laboral, até mesmo as vestimentas ou o modo de falar e se portar.

Frente a essas indagações, não somente os homens começaram a repreender o feminismo, ameaçados de seus lugares de poder social, como também algumas mulheres que estavam conformadas e desacreditadas com outros modos de vida diferentes daqueles aos quais sempre foram ensinadas. Ainda nesta fase

preliminar, deve-se abordar como alguns temas são observados pelos receptores da sociedade geral.

Quanto ao profissional, foi estabelecido que algumas carreiras deveriam ser exercidas por homens e outras por mulheres, a partir das características impostas ao masculino e ao feminino. A título exemplificativo, as carreiras inseridas no campo das ciências exatas, tal qual as engenharias, era esperado que fossem exercidas por homens, pois estes seriam supostamente mais racionais e às mulheres eram reservadas as carreiras “sensíveis”, tais quais as artísticas, as humanas e da saúde, com exceção dos cargos de chefia que deveriam ser ocupados por homens.

Ainda na temática laboral, alerta-se sobre a diferenciação salarial entre os sexos, que não é nenhuma definição de senso comum, mas um fato registrado, pesquisado e comprovado. Mulheres recebem menos por exercer as mesmas funções que homens e, como já mencionado, dificilmente são colocadas em posições de chefia e cargos superiores. Além dessas preocupações, ainda há os abusos sexuais ou de outras naturezas e a subestimação sofrida pelas mulheres dentro de suas carreiras.

Quanto à família, os receptores da sociedade geral machista e patriarcal esperam que as mulheres tenham como aspiração de suas vidas a constituição de uma família a partir do casamento. Esperam que as mulheres não busquem autonomia e sim um marido que lhes ofereça moradia e sustento, além de uma prole para qual elas se tornam quase exclusivamente responsáveis, já que os homens derrogam o dever da criação a elas. Nestes termos, qualquer mulher que tentasse ir em contraposição era (ou ainda é) julgada como indigna ou desmerecedora de honra ou respeito.

Quanto ao corpo, a mídia constrói sobre o corpo feminino uma padronização estética irreal e inatingível, de uma mulher alta, magra, branca, sem rugas ou imperfeições, de seios fartos porém rígidos, de cabelos longos e lisos. Essa imagem além de completamente ilusória é hipersexualizada, seja nos comerciais, nos filmes, nas telenovelas, ou seja, gera no imaginário coletivo que esse padrão é sinônimo de beleza e o que destoar dessas características é tomado como feio; e também objetifica a mulher como um instrumento de satisfação masculina, o que gera inúmeras consequências na forma como as mulheres são tratadas.

Uma última questão polêmica que também tangencia a esfera do corpo feminino é o aborto. Indaga-se até que ponto a mulher poderia ser autônoma sobre

seu próprio corpo a fim de tomar decisões desde querer ou não ser mãe até de querer ou não manter uma gravidez já iniciada. Esse ponto é um exemplo a se relacionar com a negatividade atribuída ao feminismo que difunde essa ideia de liberdade e poder à mulher para escolher levar uma gravidez até o final ou não, o que é totalmente recriminado pela sociedade que atribui à mulher uma qualidade de homicida ao tentar findar a gravidez indesejada.

Explana-se ainda a respeito da forma como esses receptores da sociedade geral polarizam características aos gêneros masculino e feminino. Àquele atribui-se a força, a razão, a insensibilidade, a brutalidade, a responsabilidade de prover recursos, a sobriedade. De outro modo, a esse associa-se a fragilidade, a emotividade, a sensibilidade, a subordinação, a criatividade, a responsabilidade de cuidar do lar e da família. Essas foram apenas algumas qualificações segregadas aos gêneros as quais limitam mulheres e homens a agirem segundo essas atribuições, sob a pena de serem criticados e até rejeitados socialmente caso se portem de maneira contrária.

Quanto ao entendimento de todas essas questões levantadas pelo emissor das mensagens objetos de análise, a ONU, esta jamais havia se declarado como uma instituição adepta ou não ao feminismo. Contudo, é evidente que já havia tomado posicionamentos e realizado ações em prol do fim da desigualdade de gênero internacional, seja na esfera familiar, trabalhista, familiar ou pessoal, o que é visível principalmente a partir da criação da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em 1979.

#### **4.2. O prisma sócio-histórico**

Finalizada a Interpretação da Doxa, parte-se para a fase sócio-histórica. Quanto ao espaço-temporal, o objeto estudado foi divulgado em setembro de 2014, sendo bastante contemporâneo, e o espaço, ainda que o discurso tenha ocorrido de fato num espaço físico, este não se delimita por fronteiras tendo em vista que é um programa que visa à abrangência internacional, por isso as mensagens avaliadas estão no espaço público e virtual da internet.

Quanto à instituição, na primeira parte desta monografia descreveu-se a evolução histórica da Organização das Nações Unidas e esclareceu-se que ela foi criada a partir de esforços coletivos internacionais com o objetivo primordial de zelar

pela paz mundial. Entretanto as demandas sociais, econômicas, ecológicas e outras somente foram sendo estabelecidas gradativamente, ocasionando desde a criação da Comissão sobre a Condição da Mulher, em 1946, até o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, em 1985, que seriam fundamentais para a formação da ONU Mulher e de todo o segmento voltado para a igualdade de gênero dentro da instituição.

Quanto ao espaço de posição resultante da trajetória de cada parte envolvida nessa relação comunicacional: da própria organização deve-se considerar que ela adquiriu, ao longo de todos esses sessenta anos de constituição, grande visibilidade e credibilidade para levantar uma mensagem de igualdade de gênero com foco internacional. Todavia, a ONU possui a desvantagem de não possuir meios para penalizar propriamente aqueles que não cumprem com os tratados firmados, a única maneira condenatória são os boicotes nas relações com o Estado descumpridor.

Quanto à estrutura social, devem ser tratados os pontos relativos às disparidades estáveis de coletividades frente a recursos, oportunidades e poder. Pressupondo que cada país adepto ao programa é uma coletividade em si, notadamente, haverá enormes diferenças tanto nas demandas pela igualdade de gênero, quanto nos recursos para executá-la. Cada país possui uma cultura e características únicas resultantes de sua trajetória histórica e, frente a isso, as carências das mulheres e o apoio, seja governamental, ou da sociedade, será diferente em cada caso.

O último ponto da etapa sócio-histórica refere-se ao meio de transmissão, no caso do produto estudado nesta monografia, foi veiculado na internet, mais especificamente em redes sociais – YouTube e Facebook. A internet possui peculiaridades nunca antes oferecidas pelos meios de comunicação que a antecederam. A primeira delas é que não há o filtro de interesse presente nas mídias tradicionais, que subvertiam as informações da maneira que melhor lhes conviesse. Assim, os emissores na internet podem divulgar informações diretamente aos receptores sem ter qualquer mediador controlando essas.

Outra particularidade está na mudança dos polos e do fluxo da mensagem. A relação entre emissor e receptor se configura de forma que esses polos podem facilmente mudarem de lado, o que gera uma possibilidade de interação e diálogo nunca antes experimentado nos veículos comunicacionais anteriores. Ainda há a vantagem das mensagens que transcendem barreiras espaço-temporais, devido ao

fato de poderem ser acessadas de qualquer lugar físico a partir de uma conexão à rede e as informações ficam armazenadas nesta, podendo ser acessadas as informações mais recentes quanto outras bastante antigas.

O veículo da internet não é somente vantagens, é necessário considerar os seus obstáculos. Primeiramente, a imensidão da internet e a falta de instrumentos de busca e foco pode deixar que as discussões sejam tão dispersas nesse espaço que uma quantidade ínfima de pessoas, em comparação ao número de usuários, venha a ter a possibilidade de debatê-las. Outros dois fatores podem ser negativos para este veículo, os custos de implementação de redes banda larga e a própria barreira sócio-tecnológica gerada pela complexidade dos mecanismos de interação que não são simples e interativos para todas as pessoas.

#### **4.3. Análise de Discurso: O discurso de lançamento do Programa *He for She***

Ao optar por uma investigação de produtos comunicacionais do programa *He for She*, considerou-se não somente pertinente como necessário aprofundar a observação em cima do discurso de lançamento do próprio programa, realizado pela Embaixadora da Boa Vontade da ONU Mulher, a atriz Emma Watson. Para isso, tal qual Thompson possibilitou que nesta segunda fase da análise deveriam ser utilizados métodos formais que melhor se adequassem à proposta da pesquisa, opta-se pela análise de discurso inglesa esboçada por Manhães (2005).

Resumidamente, ele esclarece que esse método:

“[...] é a identificação da **pessoa** que **conduz a narrativa** dos acontecimentos ou que **constrói proposições** para os interlocutores, mediante a **compreensão das regras e dos mecanismos linguísticos** que utiliza para alcançar seus **objetivos**.

As regras e mecanismos que o emissor necessita dominar para expressar sua voz e construir seu discurso podem ser classificadas em três instâncias: a **conversacional**, a **indexical** e a **acional**.” [Grifos do autor] (MANHÃES, E. 2005. p. 307)

Para iniciar, expõe-se a transcrição na íntegra e na língua original do discurso a ser investigado, que se encontra no anexo deste trabalho.

Partindo do método proposto por Manhães (2005), inicia-se a investigação dos mecanismos conversacionais, fundamentais para construir a intersubjetividades entre as partes da relação comunicacional, além dos significados que fazem sentido para a consciência coletiva, o autor ainda ressalta a importância de destacar os pressupostos, implícitos no discurso. Sendo os pressupostos, de acordo com Manhães (2005), relações de sentido construídas por determinados grupos sociais de forma a incorporar em sua linguagem premissas como parte do conteúdo semântico ou como condição necessária para compreensão do discurso.

Dessa forma, destacou-se, negritando, termos considerados específicos à grupos ou indivíduos que estão inseridos em debates de temáticas de gênero: desigualdade e estereótipos de gênero, feminismo, sexualização (do corpo feminino), submissão feminina, embaixadores/defensores da igualdade de gênero e até mesmo a teoria da concepção do gênero como um espectro em vez de polos dicotômicos (masculino e feminino).

A se tratar dos implícitos, Manhães (2005) relata que são processos interlocutivos ou instrumentos de interação, expressados por gestos, silêncios, ênfases e reticências que geram significação. Demarcou-se durante o discurso, por meio de sublinhados e entre parênteses, notas julgadas pertinentes a respeito de pausas, ênfases e expressões emitidas pela emissora a serem destrinchados a seguir.

De início deve ser esclarecido que, com as exceções das notas de expressão já mencionadas, todo o discurso é recitado em tom de bastante seriedade. Há algumas pausas que visam gerar no receptor um momento de reflexão, seja com intuito de abstrair algum conceito, no caso do parágrafo 3º, ou para causar reflexão a cerca da gravidade de determinado problema ou da inércia que pode agravá-lo, como ocorre nos parágrafos 8º e 12º.

Ainda aponta-se dois momentos nos quais a seriedade é enfatizada pelo pronunciamento pausado das palavras da sentenças. O primeiro é ao final do segundo parágrafo, onde Watson (2014) acentua a necessidade de acabar com a associação do feminismo à misandria. E a segunda ênfase ocorre em praticamente em todo o parágrafo 5º, quando a emissora demonstra preocupação na questão das mulheres não quererem identificar-se com o termo “feminista” por estar relacionado à uma imagem de agressividade, isolamento e rivalidade contra os homens.

Outro implícito que se evidenciou foram as gesticulações de sorriso em dois momentos. O primeiro ocorre no parágrafo 12º, quando a própria emissora pressupõe uma dúvida do receptor quanto à legitimidade dela para estar como portadora da voz de uma ação proposta pela ONU e em seguida ela responde o questionamento justificando o interesse a oportunidade dela fazer a diferença em prol da igualdade de gênero. E o segundo ponto no qual parabeniza aqueles que tem tomado atitudes em favor do igualdade de gênero, ainda que sejam esses “feministas não-declarados”.

Finda a esfera conversacional, segue para o âmbito indexical da análise de discurso inglesa, que busca identificar a presença do sujeito que assume a posição de dono da voz do discurso e o modo como esse o constrói a partir dos indicadores de pessoa, lugar e tempo utilizados, por exemplo.

No primeiro parágrafo, a locutora se posiciona como membra da ONU ao utilizar o pronome pessoal “nós” para declarar que esta quem é a responsável pelo lançamento da campanha e quem está propondo os objetivos dessa. Entretanto, do segundo parágrafo em seguida, Watson (2014) assume a posição de dona da voz do discurso na sua pessoalidade e individualidade, pela utilização do pronome “eu”.

Ela compartilha com o receptor as suas vivencias, experiências, óticas, preocupações e pensamentos a respeito do engajamento na luta contra a desigualdade de gênero a fim de atrair e convencer que todos, inclusive os homens, deveriam se unir à luta.

Quanto às significações dos indicadores de tempo do discurso, a emissora rememora ao passado literal, ao indicar o tempo em que consagrou-se como Embaixadora da Boa Vontade pela ONU Mulher, no 2º parágrafo, para contar ao receptor suas vivencias evidenciando a desigualdade de gênero durante seu envelhecimento, no 4º parágrafo, e para recordar o discurso de Hillary Clinton a cerca da temática realizado anos antes, no 8º parágrafo.

Watson (2014) ainda utiliza do termo “hoje” em uma conotação literal, na primeira sentença, para demonstrar quando o programa está sendo lançado e no 8º parágrafo de maneira geral, para indicar “atualidade” ao se referir aos problemas de gênero levantados por Hilary Clinton anos antes e que ainda permaneciam estagnados. No penúltimo parágrafo, ela utiliza de indicadores de tempo futuro para alertar quanto as graves consequências possíveis caso o quadro de desigualdade de gênero não mude urgentemente.



Uma última ressalva deve ser feita nesse tópico de indicadores temporais, quanto à frase *“If not now, when? If not me, who?”*, presente no penúltimo e último parágrafo, na qual ela instiga o receptor a questionar-se quanto à sua inércia frente à desigualdade de gênero e encorajando-o a engajar-se agora, pois se não o fizer logo, quando seria?

A terceira seção proposta a ser investigada é a acional, na qual considera-se que “toda comunicação é uma ação simbólica e social, concomitantemente.” (MANHÃES, 2005, p. 312). Nesta etapa procura-se compreender a posição que o sujeito ator da fala ocupa em relação a seus interlocutores e, estando a análise de discurso inglesa inserida nas teorias pragmáticas, qual a intenção desse sujeito.

Manhães (2005) explana a teoria dos atos de fala que se subdivide em: atos locutórios que são estruturas lógicas dotadas de sentido em qualquer situação na qual se insere; atos ilocutórios são aqueles quando observados no contexto social ao qual foram proferidos; nestes deve-se atentar aos elementos ilocutórios que conferem personalidade aos atos locutórios, tais quais expressões que denotem emoção, espaço-tempo ou ênfases; e os atos perlocutórios que consideram que o emissor representa um papel social frente ao receptor, ou seja, as proposições linguísticas daquele estão impregnadas de intenções políticas, ideológicas, ou pessoais.

Neste momento de análise, realçar-se-á os enunciados que se julga pertinentes devido principalmente aos seus reflexos perlocutórios. Todo o texto investigado é constituído de atos locutórios, pois todas as sentenças apresentam estruturas lógicas corretas e compreensíveis no âmbito sintático e semântico. Porém, aproxima-se o foco de certas proposições ilocutórias a seguir.

No primeiro parágrafo, a locutora exprime, por meio de atos locutórios afirmativos, demandas e desejos ao relatar ao receptor, por meio de verbos intencionais “querer” e “precisar”, os objetivos e aspirações da inauguração do programa. No parágrafo 11º, ela retoma essa característica ilocutória ao revelar que gostaria que os homens acolhessem esse véu da desconstrução de gênero.

Nos parágrafos 2º, 4º, 6º, 7º e em trechos do 12º e 13º, pode-se inferir a partir dos pronomes em primeira pessoa, indicações de passado, seja nas indicações temporais de idade ou data, seja nos tempos verbais utilizados, e pelo local natal da locutora, que esta intenta por revelar o próprio ponto de vista a cerca de suas

experiências com o preconceito, de suas crenças a respeito da igualdade de direitos entre os sexos e da evolução de seu engajamento.

Nos parágrafos 3º, 8º, 9º e 13º há atos locutórios de caráter informativo, caracterizados pelo uso de dados ou conceitos pré-determinados que, quando observados sob a ótica ilocutória, tem o fim de esclarecer o receptor sobre a definição mais abrangente do feminismo e alertar sobre os riscos e danos presentes e futuros que mulheres e homens sofrem ou poderão vir a sofrer, caso não haja mudança no quadro contemporâneo.

No 10º parágrafo, ela ainda utiliza de proposições condicionais antitéticas que, ao serem observadas no contexto, visam opor traços anteriormente associados à polos opostos de gênero com o objetivo de tentar despertar no receptor a desconstrução desses aspectos.

Esboçados os atos ilocutórios, dá-se prosseguimento à investigação destes na esfera perlocutória. Para isso, preliminarmente, é preciso delinear o papel social que a locutora assume em sua performance representativa. Watson, ao colocar-se frente à ONU Mulher como embaixadora e principal portadora da voz do programa *He for She*, assume, inicialmente, a representação de uma mulher, frustrada com a desigualdade de gênero suportada não somente por ela mas, empaticamente, por todas as outras, mas também de própria representante da organização internacional.

Envolvida por esse papel social, pormenoriza-se gradualmente conforme os blocos construído na fase ilocutória, que a emissora apresenta ao receptor, a partir da articulação linguística, os objetivos do programa para instigar o público-alvo; suas experiências enquanto mulher engajada na luta de pela igualdade de gênero para expor os desafios encontrados; os danos e riscos da inércia social frente à esse problema para inquietar o receptor; conceitos e dados para conferirem legitimidade ao discurso; e ainda oposições atreladas ao sexo a fim de despertar a reflexão na desconstrução do gênero como polos dicotômicos.

#### **4.4. A reinterpretação**

Finalmente, alcança-se a última etapa da metodologia Hermenêutica de Profundidade, a reinterpretação na qual, sucintamente, é o espaço para o pesquisador buscar reconstruir interpretativamente, a partir do painel elaborado nas fases anteriores, sócio-histórica e discursiva, conclusões acerca do objeto

investigado e dos objetivos da pesquisa. Destaca-se que a reinterpretação ocorreu em todo o trabalho, contudo, neste momento, iremos destacar brevemente algumas características desta reinterpretação.

Partindo do discurso objeto dessa análise, ressaltam-se alguns pontos controversos. A princípio, a emissora declara que para que a mudança efetiva venha a ocorrer, todos devem se envolver na luta pelo fim da desigualdades de gênero, entretanto, o discurso logo demonstra que o foco do programa são os homens aos quais estão tentando ser atraídos e convencidos a participar, negligenciando completamente a participação e o convite às mulheres, com a falsa premissa de que todas, na sua qualidade de mulher, já estariam diretamente engajadas.

Outra questão está no trecho no qual a locutora declara que o feminismo está sendo associado à uma ideia de “anti-homem” ou à não atratividade para eles. Essa afirmação é problemática ao fazer parecer que a legitimação da luta depende da validação masculina. Ao final do discurso, ela alega que a igualdade de gênero é também um problema deles, mas enxergando o programa na sua totalidade, faz parecer que a participação deles será mais efetiva que todos os anos de esforços que elas têm realizado.

Ao abordar os estereótipos de gênero, Watson (2014) ainda assume que a desconstrução desses deve partir dos homens para após, conseqüentemente, não afetar mais as mulheres. Essa visão prioriza os benefícios aos homens e coloca as mulheres em uma posição subsidiária e dependente para desfrutar desses.

Preocupa-se ainda com a generalização e abrangência do programa que rememora o histórico da luta feminista nas décadas de 1970 e 1980 expostos no trabalho, quando o movimento feminista acreditava estar representando uma categoria íntegra mas que na verdade é multifacetada, plural e possui demandas particulares. Em todo o discurso estudado, não há qualquer menção à mulher em suas esferas peculiares, seja de raça, sexualidade, etnia, religião, classe social, ou outras.

Essa homogeneidade não é conveniente à um programa de abrangência mundial no qual cada país possui uma cultura específica e essa ainda deve ser diversificada. Não atentar-se para a complexidade de mulheres, ou de homens, se forem realmente esses o público-alvo do programa, parece ingênuo e insipiente, de modo que leva a acreditar que não houve sequer nenhum estudo da própria trajetória da luta feminista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surge, inicialmente, com a justificativa de se acalorar o debate a cerca da necessária e urgente igualdade de gênero na academia e na sociedade. Para isso, foi proposto realizar uma investigação sobre o polêmico programa da ONU Mulher, o *He for She*, e mais especificamente o discurso de lançamento deste. O programa surge com a ideia de criar um diálogo entre mulheres e homens a fim de que ambos tomem ações imediatas em suas esferas sociais em prol do fim da desigualdade de gênero.

Para realizar a pesquisa, elaborou-se o trabalho de forma que fosse introduzido os conceitos fundamentais que sustentariam e tangenciariam a análise metodológica a qual se objetivou. Dessa maneira, o primeiro capítulo abordou a presença das mulheres na História e da formação do movimento feminista que buscou abrir um espaço onde aquelas pudessem encontrar autonomia e apoio para emanciparem-se e reivindicarem suas demandas. Ainda nesse, relatou-se, brevemente, a evolução da Organização das Nações Unidas, desde a sua constituição até a criação do segmento da ONU Mulher.

No segundo capítulo, acreditou-se oportuno que fosse abordada a importância da Comunicação Pública nas reivindicações de interesse social e em como a esfera pública, onde ocorriam essas discussões, se transformou com o advento da internet. O cyberspaço, com todas as possibilidades de interação, emerge como um ambiente para o qual aqueles debates sociais podem se transportar e romper com limitações de espaço e tempo. Ao final, ainda tratou-se da formação de articulações sociais e de movimentos, como ambientes e instrumentos de identidade e reivindicação de direitos.

A terceira parte consiste na descrição do método da Hermenêutica de Profundidade que divide-se em uma etapa preliminar, da interpretação da doxa, e de outras três: a sócio-histórica, a análise formal – que para este trabalho elegeu-se a análise de discurso – e a reinterpretação. Esclarecida a metodologia, partiu-se para a aplicação no discurso, na qual a fase preliminar evidenciou o entendimento pré-interpretado da sociedade geral a respeito do conceito de feminismo e de algumas questões que o circundam, tais quais a posição da mulher no âmbito familiar e profissional, o corpo feminino e a oposição dicotômica dos gêneros.

Na etapa sócio-histórica, acompanhou-se os pontos propostos na metodologia, quanto à definição espaço-temporal, descrição do papel institucional, o espaço posicional do emissor, as influências da estrutura social na relação comunicacional e as características e reflexos do veículo utilizado no discurso. Na etapa da análise formal, decidiu-se pela análise de discurso inglesa, no qual foram apontadas e examinadas na construção linguística do objeto as esferas conversacional, indexical e acional.

Para encerrar a aplicação do método, ingressou-se na etapa da reinterpretção, esclarecendo preliminarmente que essa ação interpretativa não se limita a esta fase, tendo ocorrido durante todo o trabalho. De qualquer modo, nesta última etapa, destacou-se alguns pontos controversos no discurso que ainda não tinham sido completamente explorados nas etapas anteriores.

Assim sendo, o programa *He for She*, lançado pela ONU Mulher é válido e necessário pois, teoricamente, busca encontrar, atrair e convencer pessoas interessadas e dispostas a defender a igualdade de gênero em seus cotidianos e espaços de influência. Contudo, ainda há pontos que carecem de atenção e debate, principalmente quanto à priorização da convocação dos homens a serem os defensores de maior atuação; quanto à homogeneização incoerente e impossível dos receptores dispostos em diferentes culturas internacionais; quanto ao veículo de diálogo que pode limitar e excluir a participação de indivíduos devido às dificuldades de acesso à internet; e quanto à invisibilização da pluralidade de demandas no interior da categoria “mulheres”.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, L.I.A., *Das Organizações Internacionais*. Rio de Janeiro. Forense, 2002.

AZAMBUJA, M.C., *As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva*. In: Estudos Avançados. Vol. 9. n. 25. São Paulo, set./dez., 1995.

ENCONTRO INTERNACIONAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 5, 2004, Ruanda. Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. Ruanda. 2004.

LASMAR, J.M., CASARÕES, G.S.P., *A Organização das Nações Unidas*. Belo Horizonte. Del Rey, 2006.

Litz, C.B.O., et al. *Referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade como alternativa para a investigação nas Ciências Sociais Aplicadas*. 2014. In: Jornada de Pesquisa, 19. 2014. Ijuí, RS. Salão do Conhecimento. Ijuí, 2014.

MANHÃES, E. Análise de Discurso. In: DUARTE, J. BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 305-315.

MANIERI, Tiago. RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky. *A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática*. ORGANICOM, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 49-61. 2011.

MORAES, Dênis. *Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet*. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. XXIII, nº 2, p. 142-155, jul./dez. 2000.

ONU MULHER. He for She [Home page]. Disponível em: <<http://www.heforshe.org/en>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (org.) *A Escrita a História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9ª Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

WATSON, E. Discurso de lançamento do programa He for She. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q0Dg226G2Z8&t=1s>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

## ANEXO A – Discurso da Embaixadora da Boa Vontade da Onu Mulher Emma Watson pelo lançamento do programa *He For She*

*“Today, we are launching a campaign called “He for She”. I am reaching out to you because I need your help. We want to end **gender inequality**—and to do this we need everyone involved. This is the first campaign of its kind at the UN: we want to try and galvanize as many men and boys as possible to **be advocates for change**. And we don’t just want to talk about it, we want to try to make sure it is tangible.*

*I was appointed as Goodwill Ambassador for UN Woman six months ago and the more I have spoken about **feminism** the more I have realized that fighting for women’s rights has too often become synonymous with man-hating. If there is one thing I know for certain, it is that this has to stop. (última sentença dita pausadamente para enfatizar)*

*For the record, **feminism** by definition is: “The belief that men and women should have equal rights and opportunities. It is the theory of the political, economic and social equality of the sexes.” (breve pausa)*

*I started questioning **gender-based assumptions** a long time ago. When I was eight I was confused being called “bossy,” because I wanted to direct the plays we would put on for our parentes, but the boys were not. When at fourteen, I started being **sexualized** by certain elements of the media. When at fifteen my girlfriends started dropping out of their beloved sports teams because they didn’t want to appear “muscly”. When at eighteen my male friends were unable to express their feelings.*

*I decided that I was a feminist and this seemed uncomplicated to me. But my recent research has shown me that feminism has become an unpopular word. Women are choosing not to identify as feminist. Apparently, I am among the ranks of women whose expressions are seen as too strong, too aggressive, isolating and anti-men. Unattractive even. Why has the word become such an uncomfortable one? (fala pausadamente para enfatizar)*

*I am from Britain and think it is right that I am paid the same as my male counterparts. I think it is right that I should be able to make decisions about my own body. (aplausos) I think it is right that women be involved on my behalf in the policies and decisions that will affect my life. I think it is right that socially I am afforded the same respect as men. But sadly I can say that there is no one country in the world*



where all women can expect to receive these rights. No country in the world can yet say they have achieved gender equality.

These rights I consider to be human rights but I am one of the lucky ones. My life is a sheer privilege because my parents didn't love me less because I was born a daughter. My school did not limit me because I was a girl. My mentors didn't assume I would go less far because I might give birth to a child one day. These influencers were the **gender equality ambassadors** that made me who I am today. They may not know it, but they are the inadvertent feminists who are changing the world today. And we need more of those. And if you still hate the word—it is not the word that is important but the idea and the ambition behind it. Because not all women have received the same rights that I have. In fact, statistically, very few have been.

In 1997, Hilary Clinton made a famous speech in Beijing about women's rights. Sadly many of the things she wanted to change are still a true today. But what stood out for me the most was that less than 30 per cent of her audience were male. How can we affect change in the world when only half of it is invited or feel welcome to participate in the conversation? (breve pausa)

Men—I would like to take this opportunity to extend your formal invitation. (aplausos) Gender equality is your issue too. Because to date, I've seen my father's role as a parent being valued less by society despite my needing his presence as a child as much as my mother's. I've seen young men suffering from mental illness unable to ask for help for fear it would make them look less of a man. In fact, in the UK suicide is the biggest killer of men between 20-49 years of age; eclipsing road accidents, cancer and coronary heart disease. I've seen men made fragile and insecure by a distorted sense of what constitutes male success. Men don't have the benefits of equality either.

We don't often talk about men being imprisoned by **gender stereotypes** but I can see that that they are and that when they are free, things will change for women as a natural consequence. If men don't have to be aggressive in order to be accepted women won't feel compelled to be **submissive**. If men don't have to control, women won't have to be controlled. Both men and women should feel free to be sensitive. Both men and women should feel free to be strong. **It is time that we all perceive gender on a spectrum instead of two sets of opposing ideals.** (aplausos) If we stop defining each other by what we are not and start defining

*ourselves by what we are, we can all be freer and this is what He For She is about. It's about freedom.*

*I want men to take up this mantle. So their daughters, sisters and mothers can be free from prejudice but also so that their sons have permission to be vulnerable and human too, reclaim those parts of themselves they abandoned and in doing so be a more true and complete version of themselves.*

*You might be thinking who is this Harry Potter girl? And what is she doing speaking at the UN? (sorrindo) And it's really a good question. I have been asking myself the same thing. All I know is that I care about this problem. And I want to make it better. And to having seen what I've seen—and given the chance—I feel it is my responsibility to say something. Statesman Edmund Burke said: "All that is needed for the forces of evil to triumph is for good men and women to do nothing."*

*(breve pausa)*

*In my nervousness for this speech and in my moments of doubt I've told myself firmly—if not me, who? And if not now, when? If you have similar doubts when opportunities are presented to you I hope those words will be helpful. Because the reality is that if we do nothing it will take 75 years, or for me to be nearly a hundred before women can expect to be paid the same as men for the same work. 15.5 million girls will be married in the next 16 years as children. And at current rates it won't be until 2086 before all rural African girls can have a secondary education.*

*If you believe in equality, you might be one of those inadvertent feminists I spoke of earlier. And for this I applaud you. (sorrindo) We are struggling for a uniting word but the good news is we have a uniting movement. It is called He For She. I am inviting you to step forward, to be seen and to ask yourself if not me, who? If not now, when? Thank you very much.*

[grifos e notas minhas] (WATSON, E. 2014.)